



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

EXTRATIVISMO EM SERGIPE: A VULNERABILIDADE DE UM MODO DE VIDA?

DALVA MARIA MOTA; EMANUEL OLIVEIRA PEREIRA;

INCRA

ARACAJU - SE - BRASIL

dalva@cpatu.embrapa.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURALIDADE

EXTRATIVISMO EM SERGIPE:

A VULNERABILIDADE DE UM MODO DE VIDA?¹

Emanuel Oliveira Pereira²

Dalva Maria da Mota³

GRUPO DE PESQUISA 11- Desenvolvimento Territorial e Ruralidade

FORMA DE APRESENTAÇÃO: Com presidente da sessão e presença de um debatedor

¹ Pesquisa financiada pelo MCT/CNPq.

² Eng.-Agr. INCRA/SE, aluno do Curso de Mestrado em Agroecossistemas da Universidade Federal de Sergipe – UFS, Endereço: Rua Armando Barros, 81 – Bl. A – apart. 601, Luzia, CEP: 49.045.080, Aracaju – SE, Fone: (79) 3217-3754 / 4009-1511 / 9949-3221, E-mail: emanuel@aju.incra.gov.br

³ Socióloga, D.Sc., Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental. Trav. Dr. Enéas : Pinheiro, S/N, Marco, Belém – Pará. CEP 66095-100 E-mail: dalva@cpatu.embrapa.br

EXTRATIVISMO EM SERGIPE: A VULNERABILIDADE DE UM MODO DE VIDA?⁴

RESUMO

Este artigo discute como as mudanças na estrutura produtiva das áreas litorâneas do Estado de Sergipe influenciam o modo de vida das populações tradicionais, cujas bases econômicas estão centradas na agricultura de subsistência, pesca artesanal, artesanato e extrativismo de produtos vegetais e animais. A valorização do solo, a especulação imobiliária e a conseqüente degradação das áreas de restinga e manguezal, advindas com as atividades turísticas, a expansão urbana e a carcinicultura, representam ameaças para essas populações e suas estratégias de reprodução social fortemente vinculadas ao meio ambiente e, por isso, vulneráveis. Ainda discute-se aqui, a necessidade da intervenção pública visando assegurar o acesso das populações tradicionais aos recursos naturais necessários à garantia da sua sobrevivência.

Palavras – chave: Populações Tradicionais, Extrativismo, Desenvolvimento Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação da sociedade com os problemas ambientais tem crescido em todo o mundo como reação à devastação dos ecossistemas e, conseqüentemente, da biodiversidade neles existentes. A busca pelo desenvolvimento sustentável se institucionaliza e passa a ser uma exigência, um valor que a comunidade internacional deseja promover (Godard et al., 2002). A natureza passa a ser vista como um patrimônio comum que precisa ser gerido (Tonneau, 2004).

Nesse contexto, o extrativismo praticado pelas populações tradicionais vem sendo (re)valorizado como uma alternativa sustentável de uso dos recursos naturais, e os seus produtos, ganham espaço em mercados cada vez mais diversificados e exigentes, seja pela preocupação de consumo de produtos frescos, seja pela novidade. No Brasil, a valorização desses produtos é visível pela disponibilidade de frutas naturalizadas ou nativas nas gôndolas dos supermercados, a exemplo do caju, jenipapo, cajá, umbu e mangaba, encontrados, até poucos anos atrás, apenas nas feiras livres (Mota & Silva Júnior, 2003). Avaliando essa tendência, esses autores afirmam que, em se tratando de produtos nativos e naturalizados, a Amazônia tem sido o grande campo de investigação, dada à sua oferta de frutos comestíveis e ao interesse mundial na sua conservação, considerando que ali se concentra a maior biodiversidade do planeta. Em relação ao extrativismo de produtos nativos de regiões outras que não a Amazônia, a exemplo do Nordeste, ainda são raros os estudos, quer seja sobre as populações que deles se ocupam, quer seja das suas estratégias de reprodução social. Esse alheamento analítico dificulta o delineamento de ações que contribuam para a melhoria das condições de vida das pessoas e a conservação dos recursos dos quais dependem para sobreviver, normalmente, ameaçados por estarem situados em áreas turísticas, sujeitas à intensa especulação imobiliária.

Em Sergipe, apesar da sua pequena dimensão territorial, ainda existe uma rica biodiversidade mantida por formas de manejo postos em práticas pelas populações tradicionais⁵

⁴ Pesquisa financiada pelo MCT/CNPq.

que mantêm uma relação de intimidade com os recursos naturais, notadamente, na zona litorânea, em áreas remanescentes de restinga, várzeas, matas e manguezais. Assim, da foz do Rio São Francisco a do Rio Real, é possível identificar um número expressivo de comunidades rurais⁶ dedicadas ao extrativismo de produtos vegetais e animais, atividade que envolve um contingente significativo de famílias cuja sobrevivência depende diretamente dos recursos naturais locais, inclusive em áreas de vegetação protegida por lei.

A interação dessas populações com o meio ambiente originou tipos diversos de relações entre as pessoas, com o lugar e com os recursos, em processos de trabalho ricos em práticas e saberes sobre espécies nativas e introduzidas, que resultaram numa valorização proveitosa das diversidades ambientais, naquilo que elas têm de potencialidades e adversidades.

Como visto, apesar da crescente industrialização e artificialização da sociedade moderna, as formas tradicionais ainda subsistem e, de um modo ou outro, buscam espaço em um meio cada vez mais disputado, tornando incerta a reprodução social desses grupos tradicionais, como é incerta a preservação da biodiversidade que essas populações ajudaram a construir e conservar.

As populações tradicionais de Sergipe, normalmente remanescentes de quilombolas, enfrentam problemas sócio-econômicos, ambientais e culturais típicos das comunidades pobres, aos quais vêm se somar novos riscos em curso na região litorânea como abertura de estradas asfaltadas e pontes; atividades turísticas e ligadas ao lazer, expansão da urbanização, agricultura e, mais recentemente, a carcinicultura. Tais novidades valorizam as terras em território, antes assegurado como espaço de vida e trabalho e, atualmente, ameaçado de ser perdido. As populações apresentam-se vulneráveis frente às mudanças que estão ocorrendo no seu meio e, por isso mesmo, tornam-se fortes candidatas a engrossar o contingente dos “cativos” das políticas sociais.

Por outro lado, são reconhecidas as dificuldades de acesso aos mercados por esses grupos, quer seja pela falta de infraestrutura de acondicionamento e transporte, quer seja pelos volumes variáveis de produtos coletados em escala de tempo flexível (Shanley et al., 2002).

Levando em consideração essa realidade, o artigo objetiva discutir as ameaças que colocam em risco a reprodução social dessas populações tradicionais e, ao mesmo tempo, argumentar sobre a importância sócio-econômica e ambiental do extrativismo e a urgência de alternativas que garantam a continuidade do extrativismo por essas populações

2- A SIMBIOSE DO QUE FAZER HUMANO/NATUREZA

Em todo o litoral sergipano, as populações tradicionais têm no extrativismo uma das suas principais estratégias de sobrevivência. Pescadores artesanais, marisqueiras, apanhadores de caranguejo, catadoras de mangaba e outras frutas nativas, artesãos, etc., asseguram a reprodução social através do extrativismo, combinando essas atividades entre si e/ou com a agricultura e outras formas de geração de renda.

Segundo Pereira (2004), parte significativa da Região do Litoral Norte do Estado de Sergipe, em função das limitações das ofertas agroecológicas, é secularmente ocupada por grupos humanos que ficaram à margem dos grandes ciclos econômicos, majoritariamente, descendente de escravos negros e de índios, que souberam aproveitar as potencialidades e limitações dos

⁵ Segundo Almeida (2004) esse é um tipo de grupo social que se identifica como um agente do processo de desenvolvimento sustentável que tem baixo impacto sobre o meio ambiente e assim é visto pelo resto da sociedade.

⁶ Pontal em Indiaroba, Ilha Mem de Sá em Itaporanga d’Ajuda, Capoa em Barra dos Coqueiros, Cajazeira em Santa Luzia do Itanhy, Carro Quebrado em Japoatã; por ex.

recursos naturais, criando uma cultura com aspectos peculiares e rica em formas sustentáveis de utilização dos mesmos que garantiram, ao longo dos séculos, a sua reprodução social

Takahashi & Pereira (1992), analisando as estratégias de sobrevivência das populações rurais do Estuário do Rio Vaza-Barris, afirmam ser a pesca a atividade que ocupa o maior número de pessoas, envolvendo crianças, homens e mulheres. Para muitos, a pesca constitui a principal alternativa de renda e se dá em associação com outras atividades extrativistas, a exemplo da coleta das frutas nativas. Aliás, essa associação entre diferentes atividades é uma das características das populações tradicionais (Diegues (1996). Nos casos em análise, os frutos do extrativismo, quer seja animal ou vegetal, são utilizados para venda ou consumo segundo estratégias familiares.

A dependência dos recursos para sobreviver impõe o desenvolvimento de práticas e rotinas que dependem dos ciclos naturais, mas também de valores, símbolos, crenças e mitos. Essa simbiose homem/natureza, presente tanto na prática de produção quanto nas representações simbólicas, permite que tais comunidades constituam sistemas de manejo de baixo impacto cujas atividades apoiam-se no trabalho familiar ou comunitário e em práticas e saberes construídos socialmente e repassados de geração a geração pela oralidade e demonstração. Salienta-se, para prevenir reducionismos, que apesar da matriz comum, cada grupo tradicional (seringueiros, ribeirinhos, índios, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco babaçu etc.) tem características culturais que os particularizam (Rêgo, 2005). No entanto, a desproporcionalidade entre a “oferta” ambiental e os coletores pode comprometer seriamente esse equilíbrio, a exemplo do que vem ocorrendo nos litorais de Alagoas e Pernambuco onde a privatização dos campos praticamente fechou as possibilidades do extrativismo e as áreas de livre acesso sofrem profundas degradações.

Mesmo que a noção de “wilderness” nos países tropicais seja, provavelmente, distinta da descrição dos primeiros ambientalistas americanos, não existem dúvida de as populações tradicionais, mediante seus saberes e práticas, colaboraram e colaboram para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam mantidas as possibilidades de acesso aos recursos, assim como, a matriz das suas formas tradicionais de manejo. Ora, a implantação de áreas naturais protegidas que respeitem essas práticas tradicionais podem contribuir tanto para a proteção de formas de vida humana mais compatível com a diversidade biológica, quanto para a conservação do mundo natural, seja ele “virgem”, seja já alterado por populações tradicionais (Diegues, 1996).

Em outras palavras, as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da *cultura rústica*, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem. Processo semelhante ocorreu com os povos “desindianizados” que se mantiveram como comunidades relativamente fechadas mas, perdendo sua identidade étnica, convergiram para o modelo da *cultura rústica* (Diegues, 2000).

3- A PERDA DO TERRITÓRIO, A PERDA DE SABERES

Em se tratando do espaço rural no Nordeste brasileiro, as políticas de “modernização têm sido um fracasso, particularmente, quando observados os mais pobres” (Tonneau, 2004). Nem a questão da produção foi solucionada, nem tampouco, os problemas da fome e da desnutrição. Ao contrário, pode-se afirmar que a tendência de ameaça à estabilidade da agricultura familiar é crescente (Tonneau, 2004), assim como, às populações tradicionais que dependem do acesso aos

recursos naturais, crescentemente privatizados. Exemplo disso, é o que vem ocorrendo em Sergipe onde a região costeira tem sido ocupada desordenadamente acarretando uma grande redução das áreas nativas de mangabeiras, em função, sobretudo, do aumento da exploração com monoculturas, especulação imobiliária e infra-estruturas turísticas, devido à beleza cênica dessas áreas (Mota & Silva Júnior, 2003).

O paradoxo apresentado sugere que as fronteiras das áreas de ocorrência natural de mangabeira tendem a se fechar, especialmente pela privatização, o que trará, como consequência mais visível, a expulsão da população tradicional e, fatalmente, a perda de saberes importantes quanto aos recursos genéticos da espécie, que têm sido conservado ao longo de décadas (Mota & Silva Júnior, 2003).

Em estudo de caso no Rio Grande do Norte, Silva (2004), constata que as mudanças estão associadas às pressões ocasionadas por fatores de ordem externa e interna que acabam também alterando a dinâmica local, como implantação de novas atividades econômicas; avanço da especulação imobiliária; desmatamento da área de manguezal e o abandono da atividade pesqueira. As alterações do ecossistema contribuem para modificar a vida dos moradores da comunidade e, conseqüentemente, para a perda do conhecimento local associado às práticas econômicas anteriores.

À semelhança de partes consideráveis do Litoral de Sergipe, como afirma Andrade et al. (2005), até a década de 70, com um processo lento de ocupação e uma base econômica consolidada em torno da agricultura de subsistência e de atividades extrativistas de produtos vegetais e animais, o Litoral Norte da Bahia não tinha sofrido grandes mudanças sócio-econômicas. No entanto, a partir das três últimas décadas, vem se observando modificações fundamentais na estrutura produtiva da região com a introdução de novas atividades econômicas, vinculadas, principalmente, ao turismo.

Segundo Andrade et al. (2005), de acordo com Mattedi *et al.* (1999), no início dos anos 90, a atividade turística emergiu nessa região como a alternativa econômica e ambientalmente mais adequada. Assim, o Litoral Norte da Bahia passou a ser alvo de três intervenções governamentais: a formulação e implementação do PRODETUR, a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte e a construção da Linha Verde (BA-099).

Assim, para Oliveira (2000), a criação da APA-LN apareceu como a estratégia “mágica” para controlar os impactos ambientais negativos provenientes da implantação do prolongamento da rodovia BA-099 até a divisa com o estado de Sergipe. A Linha Verde, concluída em 1993, tornou possível o acesso a uma região, até então, relativamente preservada em seus recursos naturais e paisagísticos, como em suas tradições culturais, sociais e arquitetônicas (Andrade et al., 2005). No entanto, os empreendimentos turísticos vêm provocando conflitos e perda do espaço de reprodução social de populações tradicionais dessa região pela restrição ao acesso às praias e aos manguezais de Barra de Sauípe.

Se por um lado, a construção da Linha Verde (BA-099) e à implementação de grandes empreendimentos turístico-hoteleiros, como o Costa de Sauípe, abriram oportunidades de trabalho e renda, principalmente, para a população residente na Capital do Estado (Salvador), por outro, contribuíram para desestruturar sistemas locais de reprodução social, como o artesanato de palha de piaçava⁷. Esta desestruturação está relacionada à privatização dos recursos naturais, até

⁷ Algumas iniciativas (apoio à comercialização, cursos, transporte de material) para amenizar esses danos estão sendo apoiadas pelos empreendimentos hoteleiros em algumas comunidades da região, a exemplo de Areal e Santo Antônio em Mata de São João, Bahia.

então, “livres” ao acesso de todas as populações nativas da região e, particularmente, às mulheres artesãs (Andrade et al., 2005).

Referindo-se às populações de pescadores artesanais do Estuário do Rio Vaza-Barris, no Estado de Sergipe, Takahashi & Pereira (1992), alertam que a tendência dos efeitos dos impactos produzidos pelo homem no meio ambiente tendem a se tornar mais danosas sobre a sociedade, quando atingirem as estratégias de sobrevivência da população que tem a sua vida assentada sobre a exploração dos recursos naturais passíveis de degradação e extinção como resultado daquelas ações.

A importância do acesso aos recursos para os pescadores artesanais é bem demonstrada nas falas de moradores do estuário do Rio Vaza-Barris: “aqui na maré⁸ tudo que a gente procura encontra. Não é muita coisa, mas dá pra viver”; “O pobre vive da maré. Aqui não tem emprego. A gente tem que se valer da maré”. “Sem a maré a desgraça seria maior” (Takahashi & Pereira, 1992).

Nota-se também que os moradores demonstram temor quanto à possibilidade de ocorrer perturbações que venham a destruir o mangue, pois, não concebem as suas existências sem o mesmo. Implícito nessa consideração está o imbricamento entre as diferentes atividades e rotinas. Ou seja, um tempo vivido em consonância com os ciclos da natureza, com as marés altas e baixas, com as diferentes fases da lua que condicionam práticas e cotidianos. Nas condições atuais, o destino dessa população está condicionada à conservação do mangue (Takahashi & Pereira, 1992), que, cada vez mais, é objeto de cobiça para o estabelecimento de viveiros de camarão que, em geral, ocupam um contingente mínimo de mão-de-obra⁹. Além do mais, constata-se que esta população não está mobilizada para reagir às ameaças externas para fazer valer os seus interesses (Takahashi & Pereira, 1992). Mas, se a implantação de novas atividades acarreta drásticas conseqüências, iniciativas que buscam conservar esses territórios como inacessíveis também não repercutem positivamente porque interdita o seu acesso e destrutura igualmente os modos de vida tradicionais.

O estabelecimento de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade é, no entanto, um objetivo relativamente recente, uma vez que, como já foi visto, os parques foram criados fundamentalmente para a recreação e enlevo das populações urbanas, educação ambiental e pesquisa. A manutenção da biodiversidade apareceu como objetivo da conservação como resultado rápido do desaparecimento de espécies e ecossistemas, particularmente a partir da década de 60 (Diegues, 1996).

A dependência direta dessas populações frente aos recursos naturais que se pretende conservar é observada por Pereira (2004), quando afirma: vale salientar que, não raramente, as áreas que se pretende proteger são secularmente ocupadas por grupos humanos que, ao longo de sua relação com o ambiente natural desenvolveram ricas culturas com formas equilibradas de uso dos recursos naturais, as quais, longe de significar degradação, possibilitaram, pela dependência direta das ofertas da natureza, a conservação e até o enriquecimento da biodiversidade de muitos ecossistemas. São práticas culturais de extrema importância que revelam grande conhecimento acumulado e *savoir-faire* das populações tradicionais e que devem ser considerados no processo de implantação de unidades de conservação tanto na floresta tropical quanto nos ambientes costeiros (Diegues, 1996) em oposição aos que são contra a existência das populações

⁸ Referente às áreas estuarinas, ricas em biodiversidade e, normalmente, dominadas pela vegetação de mangue.

⁹ Em pesquisa de campo recente, Mota e Silva Júnior.(2005) constataram que uma área de 15 ha de mangaba foi destruída para a implantação de um viveiro de camarão que emprega apenas 01 trabalhador nativo

tradicionais em áreas naturais protegidas por considerar incompatível a presença humana e a proteção da biodiversidade.

Referindo-se à conservação dos recursos genéticos pelas populações tradicionais, Mota & Silva Júnior (2003), salientam que essa forma de conservação pode ser visualizada como uma das mais eficientes e menos dispendiosas, uma vez que as populações, em grande medida, dependem da preservação desses recursos para garantirem a sua própria sobrevivência. Essas populações detêm um grande volume de informações, constituindo-se, desse modo, nos principais responsáveis na conservação do germoplasma de interesse tanto para a garantia de renda, quanto para fins científicos.

4- UM MODO DE VIDA EM EXTINÇÃO?

A existência de diversas formas de uso dos recursos naturais, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, exige uma análise mais detalhada das relações dessas diversas sociedades com a natureza. Nesse sentido, o que marca os países subdesenvolvidos é a existência de sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas articuladas com a sociedade urbano-industrial. Ora, grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas são habitados por grupos que manejam práticas muito diferentes das sociedades industrializadas, isto é, por sociedades de extrativistas, ribeirinhos, grupos e nações indígenas. Muitas delas ainda não foram totalmente incorporadas à economia formal de mercado e por isso mesmo, só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista (Diegues, 1996). Mesmo assim, estratégias de valorização desses recursos devem ser buscadas para minimamente atenderem a determinadas demandas e, assim, continuarem existindo sob o controle das populações tradicionais.

Por outro lado, traçando uma perspectiva pouco promissora para as regiões extrativistas, Drummond (2002), avaliando o pensamento de Marianne Schmink e Charles Wood (Schmink & Wood, 1992), salienta que apesar de mostrarem a decadência do extrativismo e a baixíssima produtividade da agricultura “tradicional” em São Félix do Xingu (PA) na década de 1970, os autores sustentam que extratores e agricultores pobres teriam um futuro melhor se continuassem a produzir a sua própria comida ao invés de produzirem para o mercado ou dependerem da compra de alimentos. Eles acreditam que a condição dessas pessoas melhorará se elas se dedicarem às lides “intensivas de recursos naturais” (agricultura, extração, caça e pesca), embora usem dados que mostram as duríssimas condições de vida dos povos “tradicionais” que seguem as suas prescrições.

A visão do extrativismo como uma atividade econômica que não merece atenção é bem demonstrado por Porro (1994), quando, avalia a situação do extrativismo do babaçu praticado pelas populações tradicionais do Maranhão. Nesse caso, o babaçu não é considerado como atividade econômica por parte, inclusive, dos técnicos que promovem assistência nessas áreas.

Destaca-se, entre os poucos estudos teóricos, no país, sobre extrativismo, o de Homma (1990, 1993), que aponta a inevitável extinção da atividade, afirmando que "Apesar de se tratar de recursos naturais renováveis, o que permitiria sua extração *ad infinitum*, em termos potenciais, são evidenciadas na evolução de sua extração três fases distintas: expansão, estagnação e declínio. Dentre as causas endógenas que levam ao desaparecimento da atividade extrativa estão: (1) aquelas inerentes à extração do recurso em si, dado o desequilíbrio na taxa de regeneração; (2) o processo de domesticação e (3) o desenvolvimento de substitutos industriais, dada a incapacidade do setor extrativo em atender à demanda crescente. O estudo aponta também variáveis exógenas ao processo extrativo: a expansão da fronteira agrícola e o crescimento

populacional que, por requererem maior demanda de terras, destróem a base extrativa, independente de sua rentabilidade" (Homma, 1990, p.5).

Outras análises apontam que essa ‘extinção’ está, em geral, presa ao dilema “extrativismo puro” ou ‘domesticação’. O primeiro termo fundamenta o conceito de extrativismo, analisado por Homma (1990, 1993) como “coleta de produtos existentes na natureza com produtividade baixa ou produtividade declinante”. Toda atividade de cultivo, criação, beneficiamento ou processamento, mesmo integrando um sistema de produção e um modo de vida extrativos, não seria mais extrativismo, mas domesticação (Rego, 2005).

Não se pretende aqui defender a estagnação sócio-econômica das regiões e comunidades extrativistas, nem afirmar serem boas as condições de vida das populações tradicionais, porém, defende-se que a transformação das suas realidades ocorra levando-se em conta suas necessidades, valores culturais e lógicas econômicas, pontos de partida para uma mudança que, de fato lhes seja favorável, em um ambiente econômico e institucional que lhes é desfavorável.

Assim, adota-se aqui uma perspectiva da viabilidade do extrativismo, nos moldes sugeridos por Rego (2005), que dentro da lógica de sobredeterminação cultural, considera o conceito de neoextrativismo como abrangendo todo o uso econômico dos recursos naturais não conflitante com o modo de vida e a cultura extrativistas. No sentido econômico, neoextrativismo é a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular.

Segundo Rego (2005), neoextrativismo é um conceito ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural. Na dimensão econômica, é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção.

Portanto, cultivo, criação, artesanato e agroindústria são extrativistas desde que se harmonizem com valores, crenças e costumes da população extrativista e com as características do seu ambiente natural. Entre outros atributos, tais atividades devem: 1) basear-se na exploração de espécies animais e vegetais da floresta; 2) integrar o sistema de valores do trabalhador extrativista; 3) inserir-se na organização do espaço existente no extrativismo; 4) incluir sistema de manejo apoiado em saberes, práticas e tradições do trabalhador extrativista; e 5) harmonizar-se com os hábitos dos processos de trabalho extrativistas (Rego, 2005).

Alinhando-se com esse pensamento, Silva (2004), diz ser certo que, ao longo dos tempos, as comunidades pesqueiras acumularam uma vasta experiência empírica. Esses saberes são transmitidos aos membros dos grupos por meio de ensinamentos práticos. Daí a necessidade de se criar condições que possibilitem o desenvolvimento econômico levando em consideração, acima de tudo, a identidade cultural das populações tradicionais, bem como alternativas de manejo e conservação dos recursos de forma que atendam às necessidades dessas populações.

Neste sentido, aproveitando-se da beleza cênica e da atratividade turística que as áreas onde se situam as comunidades tradicionais de Sergipe apresentam, pode-se, através de políticas públicas apropriadas, fomentar e apoiar uma série de atividades econômicas que contemplem e beneficiem de fato as populações tradicionais.

Assim, somando-se às atividades tradicionalmente exercidas nessas comunidades rurais e àquelas desenvolvidas para qualificá-las (domesticação e cultivo de espécies nativas, criação de espécies da fauna local, beneficiamento da produção), pode-se estimular aquelas atividades não agrícolas, pois, como afirma Graziano da Silva (1999), o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar de agricultura e oferta de excedentes de mão-de-obra.

5. ONDE ESTÁ O ESTADO? REFLEXÕES FINAIS

As mudanças observadas na região litorânea, assim como em outras regiões do país, são, em grande parte, estimuladas e financiadas pelo Estado, através de programas que envolvem a abertura e melhoria de estradas de acesso às regiões de interesse turístico e de expansão imobiliária, a construção de pontes que aproximam as áreas a serem incorporadas ao modelo de desenvolvimento vigente, o uso da terra para fins agrícolas, etc. Como exemplos pode-se citar a construção da chamada Linha Verde, entre os Estados da Bahia e Sergipe, a construção da ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros, a reforma e ampliação da orla de Aracaju e a instalação de viveiros de camarão em áreas estuarinas.

Assim, observa-se que o mesmo Estado que se movimenta para promover essas ações e adota o discurso universal da sustentabilidade, se omite quando se trata de promover políticas públicas favoráveis aos interesses dos segmentos sociais mais frágeis e, nesses casos, submete esses grupos à própria sorte.

Em contraste com o ideário liberalizante que vê nas estratégias do desenvolvimento territorial uma alternativa “autônoma”, inclusive com a “liberação” dos Estados Nacionais da responsabilidade pela solução das questões sociais destes espaços, a incorporação das estratégias de desenvolvimento territorial nas políticas públicas federais pode representar um avanço no resgate de uma parcela importante dos espaços rurais deprimidos brasileiros e propiciar a inserção dos mesmos nos circuitos comerciais regionais, nacionais e internacionais (Mendonça & Ortega, 2005).

Sob esta perspectiva, o Estado pode e deve cumprir um papel que extrapola a função de “facilitador de processos de desenvolvimento territorial”, sobretudo para aqueles espaços deprimidos. A estratégia de desenvolvimento territorial, neste sentido, deve ser um instrumento importante para auxiliar na formulação e condução de políticas públicas nacionais, democráticas e descentralizadas de desenvolvimento. Ou seja, a constatação que o desenvolvimento de um território depende em parte da organização e pactuação de sua sociedade em torno de objetivos comuns e de que essas condições podem ser construídas não significa o afastamento ou minimização do Estado (Mendonça & Ortega, 2005).

A articulação das políticas públicas agrárias e ambientais, se adequadamente adaptadas e implementadas, objetivando atender às demandas nem sempre explícitas dessas populações tradicionais, especialmente no que se refere à segurança de acesso à terra e aos recursos naturais necessários para a preservação da diversidade dos modos de vida presentes na região litorânea de Sergipe, possibilitará o redirecionamento de um futuro (já presente) bastante sombrio para a biodiversidade e a diversidade de modos de vida.

Isto porque – se a noção de sustentabilidade nos remete ao preceito, hoje praticamente consensual, de que o desenvolvimento econômico, para ser efetivo e duradouro, deve, por um lado, respeitar as condições extremamente vulneráveis de um meio ambiente ecológico pressionado pela predação capitalista e, por outro, fomentar atividades produtivas que promovam a equidade social no âmbito desse injusto meio ambiente econômico – a duração e a reprodução dos sistemas que amparam a vida humana nesse contexto depende, em larga medida, de um meio ambiente político saneado, na esfera do qual os mais variados atores sociais possam ter acesso e controle democrático das políticas públicas implementadas pelo Estado (Caniello, 2004).

Referindo-se ao extrativismo como uma atividade econômica que não merece a devida atenção, Porro (1994), relatando o caso do extrativismo do babaçu, diz que a própria atividade é relegada a um plano de importância ínfima, não merecendo sequer citação, quando dos projetos de intervenção econômica. Não restam dúvidas de que esse modelo não é adequado para a região.

Em Sergipe, a situação não se apresenta diferente, pois nas intervenções executadas pelo Estado, as atividades extrativistas não são levadas em conta, não obstante, a sua grande importância social e econômica para muitas famílias, mesmo considerando o baixo rendimento monetário proporcionado por essas atividades.

Assim, se faz necessário o delineamento de ações e políticas públicas visando um envolvimento das comunidades tradicionais na busca e na construção de alternativas sócio-econômicas e ambientais voltadas para a inserção positiva das mesmas nos processos de mudanças.

Tal inserção só será possível com a garantia de acesso das populações tradicionais aos seus espaços de trabalho e de vida, garantia que passa, necessariamente, pela adoção da reforma agrária enquanto instrumento de desenvolvimento e inserção social e econômica. A criação de Assentamentos e/ou Unidades de Conservação do grupo de Unidades de Uso Sustentável, a exemplo das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas, através de ação integrada entre o INCRA e o IBAMA é uma alternativa viável e adequada para possibilitar um modelo de desenvolvimento mais voltado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A mesma preocupação deve existir no planejamento dos modos de uso e ocupação das terras, respeitando-se as formas já adotadas pelas populações tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. As reservas extrativistas e as populações tradicionais. Entrevista do mês. <http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>. Acessado em 14/09/2004
- ANDRADE, J. C. S. et al. Conflitos Sócio-Ambientais na Área de Influência do Complexo Costa do Sauípe: Proposta de uma Grade Analítica. UFBA. Salvador, 2005.
- CANIELLO, M. Quando a Sustentabilidade Falha: O Caso do Programa de Caprinovinocultura no Cariri Paraibano. In: WANDERLEY, M. N. B. Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro. Ed. Polis. 2004.
- DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. Editora HUCITEC. São Paulo, 1996.
- DIEGUES, A. C. (Org.). Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. NUPAUB-USP, COBIO-MMA, CNPq. São Paulo, 2000.
- DRUMMOND, J. A. Natureza Rica, Povos Pobres? – Questões Conceituais e Analíticas Sobre o Papel dos Recursos Naturais na Prosperidade Contemporânea. Ambiente & Sociedade – Ano V – Nº 10. 2002.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.
- HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades. Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 202p.
- HOMMA, A.K.O. A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica. Belém: Embrapa-CPATU, 1990. 38p. (Documentos 53).
- MENDONÇA, N. C & ORTEGA, A. C. Estratégias de Desenvolvimento Territorial Rural: O Governo FHC Versus Governo Lula. In: Anais da SOBER. Ribeirão Preto, 2005.
- MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F. *Populações tradicionais e formas coletivas de gestão e preservação dos remanescentes de mangabeiras no litoral sergipano*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. n.p. (Relatório de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq).
- MOTA, D. M. da. & SILVA JÚNIOR., J. F. da. Populações Tradicionais e Formas de Gestão das Áreas de Ocorrência Natural de Mangabeira. In: RAIZES: Revista de Ciências Sociais e

Econômicas / Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol 22, nº 02. Campina Grande, 2003.

PEREIRA, E. O. Criação de Projeto de Assentamento sob Condições Especiais em Área Frágil. In: Anais da SBSP. Aracaju, 2004.

PORRO, R. As Reservas Extrativistas do Babaçu. In: A Amazônia Brasileira em Foco. II Seminário Maranhense de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia. CNDDA nº 22 – Ano XXVIII. Rio de Janeiro, 1994.

RÊGO, J.F. do. Amazônia: do Extrativismo ao Neoeextrativismo. UFAC. Rio Branco. Disponível em <http://www.cienciahoje.uol.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/opinioao.rtg>, acesso em 17/11/2005.

SHANLEY, P. et al. The faint promise of a distant maret: a survey o Belem's trade in non-timber forest products. *Biodiversity and Conservation*, 11: 615-636.(2002).

SILVA, M. R. da. Povos da Terra e Água: A comunidade Pesqueira Canto do Manguê, Canguaretana (RN) – Brasil. Dissertação de Mestrado. ESALQ/USP. Piracicaba, 2004.

TAKAHASHI, L. T. & PEREIRA, E.O. Aspectos Sócio-Econômicos, Culturais e Ambientais de Comunidades Rurais e Pesqueiras do Baixo Curso do Rio Vaza-Barris. PETROBRAS/ADEMA, Aracaju, 1992.

TONNEAU, J. Desenvolvimento Rural Sustentável: Novo Paradigma ou Velhas Questões. In: WANDERLEY, M. N. B. Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro. Ed. Polis. 2004.